



INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE
Praça Getúlio Vargas, nº 18, Centro – Tel.: (37) 3281-1131
CEP: 35560-000

Estação Cultura: Praça Benedito Valadares, Centro.
Telefone: 3281 5826
Santo Antônio do Monte – MG



Estruturas Arquitetônicas – Ficha nº. 07/2009

- 1- Município: Santo Antônio do Monte
- 2- Distrito: Sede
- 3- Designação: Casarão Magalhães Pinto
- 4- Endereço: Avenida Amâncio Bernardes, nº 181. Centro.
- 5- Propriedade: Propriedade pública (Prefeitura Municipal)
- 6- Responsável: Ana Aparecida da Silva (Diretora do Centro de Memória)
- 7- Situação de ocupação: Própria (Secretaria Municipal de Cultura)

8- Análise de entorno – situação e ambiência:

O Casarão Magalhães Pinto está inserido no centro de Santo Antônio do Monte. Esta região corresponde à primeira ocupação do município, núcleo onde surgiu o povoamento, entre os séculos XVIII / XIX. Remetendo-se aos primórdios da cidade, guarda parte significativa do seu patrimônio passível de inventariamento, memória dessa ocupação.

Segundo dados históricos, a cidade se desenvolveu em torno do Largo da Igreja Matriz (atualmente Praça Getúlio Vargas) e do Largo do Rosário (atualmente Praça do Santuário), onde se encontram remanescentes ou indícios das edificações mais antigas do município. Confirmando esses indícios, sabe-se que o cemitério foi construído em 1853, em um dos morros do entorno, no local mais plano possível, a cerca de 700 m do núcleo urbano.

Sendo assim, a edificação situa-se no coração do centro histórico de Santo Antônio do Monte, sendo seu entorno caracterizado pela Praça Getúlio Vargas, onde se encontram edificações de notória importância. A região é também o centro administrativo da cidade, onde se encontra a sede da Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal e as principais secretarias.

(continua)

9- Documentação fotográfica:



1) Casarão Magalhães Pinto. Vista externa. Fachada frontal.
Foto: Nívia Raquel de Souza e Silva. Março de 2009.



2) Casarão Magalhães Pinto. Fachada posterior.
Foto: Nívia Raquel de Souza e Silva. Março de 2009.



3) Casarão Magalhães Pinto. Vista externa: quintal, anexo sendo construído aos fundos, e entorno em processo de verticalização. Foto: Nívia Raquel. Março/2009.



4) Casarão Magalhães Pinto. Vista interna.
Foto: Nívia Raquel. Março/2009.



5) Casarão Magalhães Pinto. Vista interna.
Foto: Nívia Raquel. Março/2009.

(Continuação da análise de entorno)

Em torno da praça encontramos importantes exemplares arquitetônicos de várias épocas registrados através dos estilos então em voga. Entre elas podemos destacar, além da casa de Magalhães Pinto, a antiga casa de Dona Fausta e antiga residência do Coronel Amâncio Bernardes (n.º151); a residência já reformada com linguagem ligada ao art-decô (de n.º142); as residências de linhas modernistas (n.º 70 e 129); a colonial, possivelmente uma das mais antigas (n.º 111). Além das edificações oficiais, a mais tradicional escola pública (em estilo neoclássico) está ali localizada. Entretanto, o uso residencial vem paulatinamente substituído por serviços e comercial.

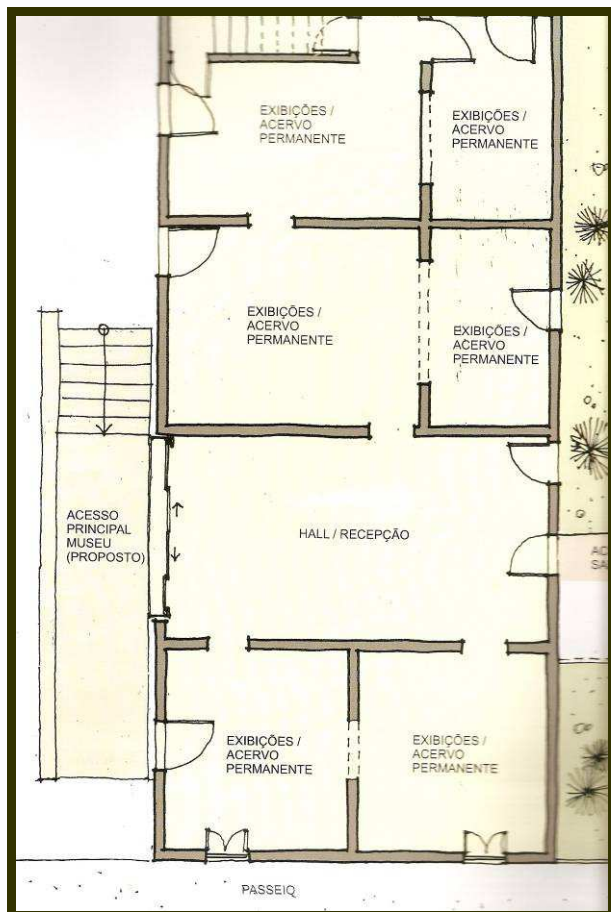
Em 1885, foi fomentada a infra estrutura urbana na cidade, como o calçamento de diversas ruas, por iniciativa da Câmara dos Vereadores. Do antigo conjunto arquitetônico do centro restaram poucos elementos. Parte considerável de casarões foi substituída por casas mais modernas. Comparando fotos da Praça Mons. Otaviano da década de 1940 e atuais, verifica-se o desaparecimento de quantidade considerável desse patrimônio.

Sendo assim, já predominam neste entorno edificações construídas a partir da década de 1960, em alvenaria de tijolos cerâmicos, rebocadas e pintadas. Em geral, utilizam esquadrias metálicas, e as coberturas variam entre telhas francesas e de fibrocimento. Observa-se a tendência à verticalização, destacando-se inclusive edificações de mais de quatro pavimentos.

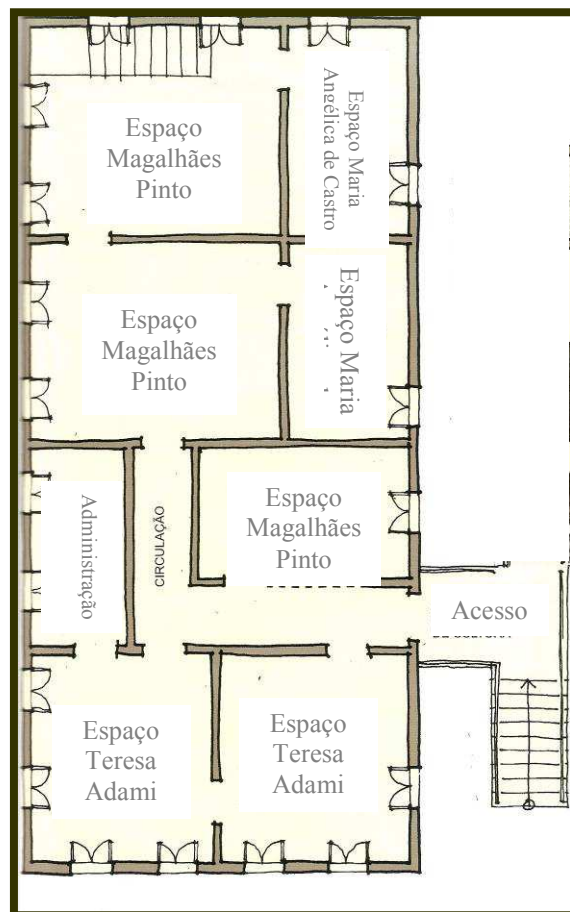
Seu entorno imediato é formado pelo próprio terreno, cuidadosamente gramado e dotado de calçadas de pedra. As laterais da testada são fechadas com gradis de ferro. O passeio é em cimentado.

A região conta com distribuição de energia elétrica, água tratada e esgotamento sanitário. As vias públicas adjacentes ao bem cultural tem pavimentação asfáltica, são largas e de mão dupla. A arborização pública é pouco expressiva, concentrando-se nas praças; porém, no próprio terreno observa-se significativa vegetação, desde pequeno a grande porte.

10- Documentação cartográfica:



1º pavimento



2º pavimento

11- Histórico do imóvel:

Na primeira metade da década de 1910 chegou a Santo Antônio do Monte José Caetano de Magalhães Pinto com sua esposa e filhas. No período em que a família permaneceu na cidade deixou marcas importantes. O Coronel Juca Pinto, como era conhecido, foi incentivador da construção da segunda torre da Igreja matriz da cidade feita em estilo barroco. Já sua esposa, Maria José de Magalhães Pinto, a Dona Maricota, dava aulas no primeiro pavimento da residência da família¹ sendo a responsável pela alfabetização de muitas crianças na cidade naquele início do século XX.² Assim em 31 de julho de 1911 a professora escreveu um recibo comprovando que recebera (...)do actual collector estadual Franciso Cassiano de Oliveira, a quantia de R\$ 75\$000, setenta e cinco mil réis, proveniente de meus ordenados como professora pública, inclusive 1\$500 de minha assinatura do

¹ Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte. Estação Cultural. Entrevista com Francisca Rosa de Castro em 12/05/2005.

² Drummond, Roberto e Melo, José Geraldo Bandeira de. Magalhães Pinto: Navegando contra o vento. Cemig: Belo Horizonte, 1994. pág. 37 – 38.

“Minas Geraes”(...) Santo Antônio do Monte 31 de Julho de 1911. A professora Maria de Magalhães Pinto.”³

De fato, o casarão onde aquela família residiu é muito importante para a História de Santo Antônio do Monte e são poucas as fontes históricas que o mencionam. As esparsas informações sobre o mesmo vêm de entrevistas com pessoas da cidade e da observação da propriedade. A obra possui algumas características marcantes dos casarões feitos no período imperial nas localidades interioranas de Minas Gerais. De forma geral, residências maiores, sedes de fazenda, igrejas e prédios públicos de maior porte tinham suas estruturas reforçadas por pesadas toras de madeira, cuja qualidade preferida era a aroeira e as paredes eram levantadas com tijolos de barro cru secos ao sol, uma técnica conhecida comumente como adobe. Aspectos facilmente percebidos no “Casarão Magalhães Pinto”.

A obra em questão denota um certo poder aquisitivo dos seus proprietários. De fato, o Centro de Santo Antônio do Monte na, década de 1940 abrigava as residências das famílias que detinham o poder econômico e político na cidade. O próprio tamanho da propriedade é também um indicativo desse poder econômico. A maioria dos antigos lotes ocupava, como o imóvel da família Magalhães Pinto, o espaço que ia de um extremo ao outro do quarteirão, podendo ser acessado pela frente da residência na atual Avenida Amâncio Bernardes nº 181 ou pelos fundos, onde atualmente se encontra a Avenida Tancredo Neves. Neste sentido, o imóvel pode ser entendido como um documento histórico, já que remete às características das propriedades em outras épocas.

O Casarão foi feito por Antônio Ferreira dos Santos, construtor que atuou na cidade no final do século XIX e início do século XX fazendo residências desse tipo. Um fato curioso que merece ser mencionado é que na massa do reboco da residência usou-se o leite ao invés da água o que garantiria uma textura lisa e brilhante às paredes.⁴

Não foram encontradas informações sobre a data precisa da construção. Até o momento as informações colhidas apontam a família Magalhães Pinto como a primeira proprietária do imóvel.⁵

Posteriormente, o imóvel foi comprado da família Magalhães Pinto pelo Sr. João Rodrigues.⁶

Em 1974, foi identificado como proprietário o Sr. José Rodrigues dos Santos. Nesta época pretendia-se instalar no casarão um museu em homenagem ao ex-governador de Minas José de Magalhães Pinto, no entanto o museu não foi concretizado. Na década de 1990 o casarão foi utilizado pelo Executivo municipal abrigando, ao longo do tempo a Secretaria de Educação.⁷

Finalmente foi adquirido no final de 2004 pela Prefeitura de Santo Antônio do Monte abrigando até fevereiro de 2006 a Secretaria Municipal de Assistência social, Juventude e Idoso. Em abril de 2006 iniciou-se a restauração do imóvel destinado a abrigar o Centro de Memória Municipal (CEMM) criado em 2005. A inauguração se deu no dia 15 de novembro de 2007 e, desde então o imóvel abriga um rico acervo que representa a História e a Memória

³ Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte. Estação Cultura. Duplicata da Professora Maria de Magalhães Pinto.

⁴ Moraes, Dilma. Santo Antônio do Monte: Doces namoradas, políticos famosos. Belo Horizonte: 1983. Edição da autora. Pág. 188 – 189.

⁵ Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte. Estação Cultura. Entrevista com Francisca Rosa de Castro em 12/05/2005.

⁶ Idem, ibdem.

⁷ Município de Santo Antônio do Monte. Lei Municipal: 656 de 26/04/1974.

do povo santantoniense, ali são realizadas exposições temporárias, pesquisas e visitas.
12- Uso atual: Institucional (Centro de Memória Municipal José de Magalhães Pinto)
<p>13- Descrição:</p> <p>O casarão foi construído entre o final do século XIX e o início do XX, constituindo-se em um exemplar da arquitetura colonial, evidenciada em sua composição e materiais. Implantase no alinhamento da via, em terreno em declive, com aproveitamento do porão. Além desse, tem volumetria de dois pavimentos.</p> <p>Com muitos quartos e salas intercomunicantes, a divisão dos espaços internos projeta um programa característico de moradia urbana na virada do oitocentos. Duas portas frontais do térreo apontam para o uso independente do pavimento, ao que tudo indica de natureza comercial. A frente, rematada de empena com óculo central, se volta para o sul. Madres, cunhais e enquadramentos dos vãos se destacam na alvenaria branca acusando o sistema estrutural autônomo de madeira, com a alvenaria em tijolos de adobe.</p> <p>A planta da casa é rigorosamente retangular, com um pequeno apêndice na lateral esquerda formando o alpendre de entrada. No 2º pavimento a circulação em L é o limite entre as áreas íntimas, aos fundos, e salas sociais à frente. As paredes internas e externas receberam pintura látex branco e os cunhais e madres, esmalte ocre. No interior, esses elementos foram pintados de esmalte azul marinho. Os forros são do tipo saia-a-camisa, pintados de esmalte areia com ressaltos em branco.</p> <p>As esquadrias são niveladas, mas não tem correspondência de prumadas entre os pavimentos, exceto na frente, onde inclusive a fachada é simétrica. As vedações são do tipo calha, com as janelas do 2º pavimento compostas ainda de guilhotinas de vidro. Folhas de portas e janelas foram pintadas de azul, com os caixilhos das guilhotinas em branco e cercaduras em ocre. As vergas dos vãos do 1º pavimento, exceto na fachada frontal, são de arco abatido e as demais, retas. As janelas do 2º andar possuem sobrevergas de madeira. No porão, as vergas são constituídas pelas próprias madres estruturais do 1º piso.</p> <p>A cobertura é de duas águas, com cumeeira perpendicular à via, formando empenas nas fachadas da frente e dos fundos. Os beirais são constituídos pelo próprio caibramento corrido e providos de guarda-pó e lambrequins de madeira recortados em serra de fita. As telhas são de ½ cana industrial.</p> <p>Os pisos são de tábua corrida no 1º e 2º pavimentos e cerâmica no porão. São rematados de rodapé de madeira pintados de esmalte cinza.</p> <p>O acesso externo é feito por meio de escada de concreto revestida de pedra no apêndice lateral, com cobertura de duas águas com cumeeira paralela à via e coroamento em lambrequim. A ligação interna entre o 1º e 2º pavimentos é feita por escada de madeira com peitoril de balaústres recortados e polidos.</p> <p>São sete cômodos no primeiro pavimento, correspondendo ao “Espaço Memória do Judiciário”; “Espaço Memorial”; Exposições Temporárias; “Espaço Retratando Épocas” e Reserva Técnica. Já no segundo, encontram-se duas salas do “Espaço Teresa Adami”, uma sala de administração, três salas do “Espaço Magalhães Pinto”, e duas salas do “Espaço Maria Angélica de Castro”, totalizando oito cômodos, além da circulação e do alpendre. Em obra recente, o porão foi aproveitado para a construção de dois sanitários, inclusive com acesso externo. O porão tem área construída de 40,04 m², o térreo de 158,20 m² e o 2º pavimento de 180,47 m², perfazendo um total de 378,71 m².</p>
14- Proteção legal existente: Nenhuma
15- Proteção legal proposta: Inventário para registro documental
16- Estado de conservação: Excelente

<p>17- Análise do estado de conservação:</p> <p>A edificação passou por obra de restauro a aproximadamente dois anos, apresentando-se em excelente estado de conservação geral. Mantém sua integridade físico/construtiva, com todos os elementos físicos e estruturais desempenhando suas funções. Apresenta, porém, manchas escurecidas de umidade na fachada posterior, na altura do porão.</p>
<p>18- Fatores de degradação:</p> <p>Os fatores de degradação referem-se à umidade e às intempéries.</p>
<p>19- Medidas de conservação:</p> <p>A edificação passou minuciosa restauração recentemente, demandando apenas repintura da fachada posterior, na altura do porão.</p>
<p>21- Intervenções:</p> <p>A edificação passou por algumas reformas ao longo do tempo, não tendo sido possível definir as datas das intervenções. Segundo informações, o acesso original se fazia por escada coberta, comum ao Casarão Magalhães Pinto e a casa de Dona Fausta. A cobertura era em duas águas com empena voltada para a rua e arrematada com lambrequins. A fachada principal também recebeu modificações: sobrevergas das janelas (elemento decorativo) foram retirados e um vão de porta do pavimento térreo foi entaipado.</p> <p>Entre 2006 e 2007, a edificação passou por minuciosa obra de restauro, que visava não apenas a recuperação do imóvel, mas também a preservação de suas características originais, aliadas à funcionalidade e beleza. O projeto, assinado pelos arquitetos Bruno Santa Cecília, Alexandre Brasil, André Luiz Prado e Carlos Alberto Maciel. Foi realizada desde simples manutenções, como repintura de paredes, esquadrias, forros, etc.; até a recomposição de elementos originais, como o acesso em escada coberta. Além disso, foi removido um anexo no exterior do bem cultural, que se referia aos sanitários, tendo esses sido implantados no porão.</p> <p>Atualmente, está sendo construída uma edificação anexa, nos fundos do lote do casarão, acessada também pelo rua de trás, propondo uma complementação ao espaço do casarão, com salão de exposições e lanchonete, além de terraço gramado.</p>
<p>22- Referências bibliográficas:</p> <p>Minas Gerais. Decreto estadual 255, de 28 de Novembro de 1890.</p> <p>ALBUQUERQUE, Pedro Wilson Carrano. Encontro dom os Ancestrais”: Brasília, 1999.</p> <p>Arquivo Diocesano de Divinópolis</p> <p>Arquivo Público Mineiro.</p> <p>BARBOSA, Waldemar de Almeida.</p> <p>CAMPOS, Miguel Eugênio de. Esboço Histórico e Geográfico de Santo Antônio do Monte, Mina Geraes. 1927. Estação Cultura.</p> <p>CORRÊA, Leopoldo. Achegas à História do Oeste de Minas: Formiga e Municípios vizinhos. Belo Horizonte: Gráfica Belo Horizonte, 1955. Edição do autor.</p> <p>COSTA, Antônio Gilberto (Org.) Cartografia da conquista do Território de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.</p> <p>DRUMMOND, Roberto e Melo, José Geraldo Bandeira de. Magalhães Pinto: Navegando contra o vento. Cemig: Belo Horizonte, 1994.</p> <p>FREITAS, Orlando Ferreira de e Fonseca, Maria Beatriz de Freitas. Opus cit.</p> <p>JÚNIOR, Augusto Lima. A Capitania de Minas Gerais</p> <p>MORAES, Dilma. Famílias que construíram a História de SAMONTE, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997.</p> <p>MORAES, Dilma. Santo Antônio do Monte: Doces namoradas, políticos famosos. Belo Horizonte: 1983. Edição da autora.</p> <p>RODRIGUES, Laércio. A História de Bom Despacho, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.</p>

23- Informações complementares:

Atualmente é impossível dissociar o imóvel tombado – O Casarão Magalhães Pinto, do rico acervo que ele abriga. Sendo assim, apresentamos um breve histórico do Centro de Memória Municipal e do seu acervo:

A idéia de construção de um museu que pudesse reunir bens móveis, arquivos, enfim objetos e documentos que representam, de alguma forma, a memória e a identidade do povo santantoniense, é antiga.

Alguns esforços foram feitos neste sentido. Pode-se apresentar como uma dessas tentativas, a criação, em 1974, do Museu Magalhães Pinto pelo então Prefeito Geraldo Luiz de Castro, o popular “Lalu”. O chefe do executivo local visava homenagear o filho da terra que se tornou político de projeção nacional, especialmente após sua participação no Golpe de 1964.

Apesar da criação feita através da Lei nº. 653 de 31 de março de 1974 e da tentativa de desapropriação do antigo casarão que pertencera à família para sua instalação, o Museu não se concretizou.

Sabe-se que em 1979, a família do Senador Magalhães Pinto adquiriu o imóvel, representada pela empresa CEBEPÊ – Cia. Brasileira de Participações com sede no Rio de Janeiro. Em 1984, a família tomou a iniciativa de efetivar a implantação do Museu. Para tanto, doou parte do acervo pessoal do político – móveis, documentos, fotos, livros, diplomas, dentre outros. Foi contratada uma museóloga para organização e catalogação do acervo. Contudo, por razões ainda desconhecidas, o trabalho não prosseguiu. A família levou de volta para o Rio de Janeiro, os móveis e parte do acervo doado.

Os bens remanescentes permaneceram guardados no Casarão, onde passou a funcionar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pois não havia a devida organização para exposição. As fichas feitas pela museóloga Regina Coeli Pereira Osório serviram de suporte para o inventário cultural das peças remetido ao IEPHA-MG no final da década de 1990.

Ao acervo pessoal do político Magalhães Pinto foram incorporadas peças do Museu “Waldomiro de Magalhães Pinto” doadas pela escola de mesmo nome ainda na década de 1980. Tais peças, doadas por diversas pessoas da comunidade, representam modos de fazer, de viver de santantonienses que tiveram alguma forma de projeção na vida social.

Sem espaço adequado, todos os bens móveis e fontes arquivísticas foram guardados em quatro armários de aço até 2000. Nesse ano, foram transferidas para o Prédio da estação Ferroviária onde funcionava a Secretaria Municipal de Fomento, Meio-ambiente e Desenvolvimento.

Em 2005, no início da nova administração, ali foram encontrados pela equipe da Secretaria Municipal de Cultura. Armazenados sem cuidados adequados à sua preservação, parte dos documentos foi danificada. O restante foi organizado para posterior exposição.

A partir desta data, a equipe coordenada por Dilma Moraes começou a reunir acervo de outros museus da cidade que estavam desativados. Foram incorporados ao acervo, os bens dos Museus: Teresa Adami de Carvalho -da Escola Municipal Amâncio Bernardes; Maria Angélica de Castro do Prédio Senhora de Fátima.

Ainda em 2005, conseguiu-se a incorporação do arquivo do judiciário com datas limites de 1827 a 1950, mediante negociação da Secretaria Municipal de Cultura com Juiz da Comarca, Dr. José Rafael Gontijo.

Todo esse acervo foi reunido na Sede da Secretaria Municipal de Cultura, no Prédio da

Estação Ferroviária, de forma improvisada, sendo adotadas medidas para limpeza, conservação e catalogação.

Em maio de 2005, através da Lei nº. 1812, foi criado o Centro de Memória Municipal com sede inicial na própria Secretaria. Procedeu-se também a elaboração de estatuto, regimento interno, além da criação da Associação de Amigos do CEMM.

Retomou-se, então, o projeto de organização do CEMM no antigo Casarão Magalhães Pinto, então sede da Secretaria Municipal de Assistência Social. O imóvel adquirido pelo município em 2004, e tombado pela municipalidade através do Decreto nº 102/2005 de 14 de agosto de 2005, necessitava de obras urgentes para restauração e conservação. Sendo assim, o Prefeito Leonardo Lacerda Camilo providenciou a elaboração de um audacioso projeto que visava não apenas a recuperação do imóvel, mas também a preservação das características originais aliadas à funcionalidade e beleza. O projeto assinado pelos arquitetos Bruno Santa Cecília, Alexandre Brasil, André Luiz Prado e Carlos Alberto Maciel foi financiado com recursos federais.

Paralelamente às obras de reforma e construção efetuou-se o trabalho de reparo e conservação das peças e também de aquisição de novos bens. Dentre eles, objetos e documentos do político Dr. José de Magalhães Pinto, cedidos pela família mediante “negociação” do Prefeito Leonardo Lacerda Camilo.

Após, aproximadamente doze meses de reforma e restauro do imóvel e de peças do acervo, no dia 15 de novembro de 2007, fez-se a inauguração do Centro de Memória Municipal que passou a denominar-se Centro de Memória Municipal “Dr. José de Magalhães Pinto”.

Espaço Magalhães Pinto

O espaço é uma homenagem ao Dr. José de Magalhães Pinto, santantoniense que alcançou notoriedade política, sendo governador do estado de Minas Gerais, entre os anos de 1961 e 1966. De personalidade forte, preocupou-se sempre com os interesses da terra natal. Sendo assim, durante seu governo canalizou bastante recursos financeiros e obras importantes para o município de Santo Antônio do Monte.

Após foi deputado federal por Minas Gerais, durante dois períodos, senador embaixador do Brasil. Encerrou sua vida política em 1985. Na década de 1970, criou o Banco Nacional com sede em BH e que se tornaria uma das grandes instituições financeiras do país até a década de 1990.

O acervo, formado por documentos, medalhas, fotografias, livros e alguns móveis, representa especialmente a trajetória do político e a sua relação na esfera do poder público. Podem-se encontrar também alguns documentos de caráter pessoal, tais como correspondências e diplomas.

Espaço Memória Teresa Bernardes Adami de Carvalho

O espaço é composto, na sua maioria, por peças do Museu Teresa Adami de Carvalho, repassadas pela Escola Municipal Amâncio Bernardes ao Centro de Memória Municipal em 2005.

O nome é uma homenagem à filha do Coronel Amâncio Bernardes e de Dona Alzira Luíza de Oliveira Bernardes. O pai, político de projeção no município nas primeiras décadas do século XX, foi o responsável pela inauguração da primeira escola estadual da cidade em 1917, que, por este fato, recebeu o nome de Escola Estadual Amâncio Bernardes. Dona Alzira foi diretora da escola e foi ali que Teresa estudou e depois lecionou por alguns anos.

O Museu, criado em 1978 e inaugurado em 1980, teve como objetivo “manter vivas, diante das gerações presente e futura, a tradição e a história da escola”⁸. O acervo foi agrupado em dois ambientes que remetem ao início do século passado: uma sala de visitas típica do Centro-Oeste mineiro e uma sala de aulas.

No primeiro estão móveis de época:

- Uma escrivaninha de trabalho e uma cadeira de palhinha: os bens pertenceram ao Coronel Amâncio Bernardes e foram doadas por suas filhas Eugênia e Teresa. São uma amostra do mobiliário das famílias mais ricas de Santo Antônio do Monte daquela época.

- Um guarda-louças com objetos diversos doados por famílias santantonienses, destacam-se louças e cristais da família do Coronel Amâncio Bernardes, de D. Maria Angélica de Castro e uma toalha tecida em tear com data presumida de 1722.

- Telefone de manivela de madeira na cor clara, marca Kellog. Próprio para ser afixado na parede. Originalmente, era fixado na Prefeitura Municipal sendo doado para o acervo da Escola Waldomiro de Magalhães Pinto em 1984. Desde então, encontra-se no Casarão Magalhães Pinto.

- Piano: Foi fabricado pela empresa Blüthner, fundada no final do século XIX por Julius Blüthner⁹ e importado pela firma *Buschmann & Guimarães*. As informações sobre o Instrumento na cidade remetem ao início do século XX. A Sra. Maria Niva de Oliveira, informa que o piano encontrava-se na escola Amâncio Bernardes, desde sua inauguração em 1917.¹⁰ Não foram encontrados registros ou informações sobre a vinda do piano para a cidade nem as pessoas que o encomendaram. Em maio de 2006, o piano foi transferido da escola, onde esteve durante todo o século XX, para a Secretaria de Cultura de Santo Antônio do Monte, sendo então restaurado, passando a incorporar o acervo do CEMM.

No segundo ambiente, na reconstituição da sala de aula estão carteiras escolares em madeira com base de ferro para dois alunos; armário, mesa e cadeiras utilizadas pelos diretores entre os anos de 1967 e 1961; livros, cartilhas, apontamentos de professores, planos de aula, cadernos e trabalhos escolares de alunos, uniformes, dentre outros. Tais documentos facilitam a compreensão do processo educativo no passado. Estimulam a memória dos mais velhos que sentem-se identificados, despertam recordações e sentimentos. Para os mais jovens é uma possibilidade de conhecer formas de viver de seus antepassados.

Espaço Memória Maria Angélica de Castro

Aloja as peças do Museu Maria Angélica de Castro, criado por Dilma Moraes e inaugurado por Margarete de Lourdes Resende, em 1990, no Prédio que abrigava a Escola Senhora de Fátima onde permaneceu até 2007, quando foram repassados pela família Castro ao Centro de Memória Municipal. Dispõe de duas salas: numa foi instalada uma reprodução do seu quarto de dormir, com seus pertences e na outra uma apresentação de seu gabinete de trabalho.

O espaço é uma homenagem à educadora do mesmo nome. Nascida em 1898, na Fazenda Diamante, teve atuação incansável na educação. Dentre suas realizações pode-se destacar a

⁸ Livro de Registros do Museu Teresa Adami. 1978. Acervo do Centro de Memória Municipal. Santo Antônio do Monte. MG.

⁹ Site da Internet: www.pianos.co.uk/info/pianos/b/bluthner.php

¹⁰ Informações fornecida pela Sra. Maria Niva de Oliveira. Ex Diretora da Escola Amâncio Bernardes.

construção do Colégio Senhora de Fátima, inaugurado em 1956; o trabalho como assistente de Helena Antipoff e o cargo de Diretora de Departamento de Educação do Acre.¹¹

O mobiliário e os objetos revelam o caráter austero da educadora. Possuem linhas simples, desprovidos de adornos desnecessários. O acervo, composto por cama, penteadeira, guarda-roupa, mesinhas, armário de livros e documentos foi reunido entre os anos de 1940 e 1984. Dentre os móveis alguns foram presentes de familiares e outros de alunos que os confeccionaram durante oficinas nas escolas.

O grupo de documentos foi formado ao longo da vida de Maria Angélica de Castro em sua trajetória como educadora, pedagoga diretora de escola e secretária de educação. Após sua morte foram acrescentados ao acervo alguns textos biográficos. Os documentos versam sobre educação em geral e sobre o trabalho de Maria Angélica de Castro em Minas Gerais e no Acre onde fundou um grande número de escolas, dentre elas a primeira para formar professores no estado.

Algumas das homenagens prestadas à D. Maria Angélica de Castro no decorrer de sua atuação como educadora são comprovadas por placas e medalhas. Dentre elas, a primeira placa que foi entregue pelas normalistas de 1967 e a última que foi uma homenagem póstuma do Órgão Municipal de Educação à educadora feita na ocasião da inauguração do Museu. Destaca-se entre as homenagens a Medalha da Inconfidência que criada pela Lei 882, de 1952, é entregue anualmente em 21 de abril, nas comemorações da Semana da Inconfidência. Considerada a mais alta condecoração concedida pelo Governo do Estado, tem como objetivo "distinguir todos aqueles que, de maneira excepcional, tenham contribuído para o prestígio e a projeção da terra mineira". A medalha possui quatro designações: Grande Colar (Comenda Extraordinária), Grande Medalha, Medalha de Honra e Medalha da Inconfidência, que são concedidas pelo governador, por indicação do conselho permanente. Maria Angélica de Castro recebeu a Medalha pelos relevantes serviços prestados na área educacional. Vale destacar também o Certificado da Medalha do Mérito Educacional, conferido pelo Governo do Estado em outubro de 1984.

Espaço de Memória “Retratando épocas”

É formado por uma sala onde se encontram objetos bastante diversificados. Grande parte destes pertencem ao Museu Escolar Waldomiro de Magalhães Pinto e foram catalogados em 1984 pela museóloga Regina Coeli Pereira Osório e inventariados no final da década de 1990.

São peças que, individualmente ou em conjunto, representam o universo do santantoniense com relação a ofícios, espiritualidade e pessoas. Ali estão, dentre vários outros: roda de fiar, cardas, rádios, máquinas de escrever, crucifixos, utensílios domésticos, instrumentos cirúrgicos, fragmentos de uma cerâmica indígena. Constituem suporte de informações sobre o passado recente da comunidade que se torna inesperadamente distante diante dos avanços tecnológicos da sociedade industrial.

Espaço Memória do Judiciário

Composto por duas salas contém mobiliário, equipamentos e documentos cedidos pela Comarca de Santo Antônio do Monte ao CEMM no ano de 2005.

Na primeira sala encontra-se mobiliário próprio do tribunal de júri – cátedra do Juiz, bancada para os jurados. É datado, aproximadamente, dos anos de 1960. Sobre os móveis encontram-se máquinas de escrever e alguns documentos relevantes do arquivo do judiciário.

¹¹ Moraes, Dilma. Santo Antônio do Monte: Doces namoradas, políticos famosos. Belo Horizonte: 1983. Edição da autora.

Na segunda sala estão devidamente organizados e catalogados documentos do judiciário da cidade que começou a ser formado na década de 1820. Por esta época o povoado pertencia a Comarca do Rio das Mortes. Em 1839 passa a pertencer à Comarca do Rio Grande constituída pelos municípios de Tamanduá, Vila Nova da Formiga e Oliveira. Em 1872 formou-se a comarca de Itapecerica composta por Tamanduá e Santo Antônio do Monte. Nesse período Santo Antônio do Monte era um dos termos da comarca e o acervo judiciário já contava um volume considerável¹².

Em 1890, foi instituída a comarca de Santo Antônio do Monte¹³ em virtude da demanda por um aparato judiciário local, o que facilitava a tomada de decisões e solução de questões cíveis e criminais. O arquivo do judiciário permaneceu no fórum local até o novembro de 2005 quando foi transferido para a Secretaria Municipal de Cultura e passou a ser feita sua organização e atividades de conservação preventiva. Em 2007, os documentos já organizados foram transferidos para o CEMM.

O acervo é constituído por, aproximadamente, 4.052 inventários e arrolamentos e 6000 (seis mil) ações diversas. É uma vasta fonte de informação sobre a história social, política e econômica do município e da região. Permite uma incursão pelos conflitos, problemas, tradições através de testamentos, inventários, cartas de alforria, listagem e registros de escravos, levantamento cartográfico de terras, carta do Imperador D. Pedro II, dentre outros. Revelam modos de viver e de fazer, paixões e desentendimentos, os abusos e horrores da escravidão, a relação entre os cidadãos e os poderes constituídos, a situação da mulher, a influência da religião na vida individual e familiar, etc. Enfim, são inúmeras as possibilidades de interpretação dependendo do interesse de cada pesquisador.

24- Ficha técnica:

Levantamento: Márcia Aparecida Bernardes; Nívia Raquel de Souza e Silva

Data: Março de 2009

Elaboração: Márcia Aparecida Bernardes; Nívia Raquel de Souza e Silva

Data: Março de 2009

Revisão: Andréa Zerbetto

Data: Abril de 2009

¹² MORAES, Dilma. Santo Antônio do Monte: Doces namoradas, políticos famosos. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1983. Pág. 72.

¹³ Minas Gerais. Decreto estadual 255, de 28 de Novembro de 1890.